

## A Campanha Salarial Continua...

### Calendário de reuniões com o CRUESP

Dia 2/7 - Reunião do Fórum com reitores;

Dia 6/7 - Reunião da Comissão de Acompanhamento.

**Mais informações na página 4**

## Reportagem da Revista Adusp repercute

A publicação, na *Revista Adusp 22*, de ampla matéria sobre fundações privadas que atuam na USP continua repercutindo dentro e fora dos *campi*. Até o dia 20/6, foram reproduzidas por meio da Internet nada menos do que **632 cópias integrais da edição eletrônica**, disponível no site da Adusp. Do mesmo modo, foram geradas outras 351 cópias eletrônicas apenas da reportagem “Fundações demais, transparência de menos” e 288 có-

pias da reportagem “Uma empresa chamada FIA”.

No último dia 11, a *Folha de S. Paulo* publicou matéria sobre contratos firmados sem licitação, nos anos 1997-99, entre órgãos públicos, de um lado, e empresas de consultoria, fundações privadas e organismos internacionais, de outro.

O Tribunal de Contas da União (TCU) considera que esses contratos, no montante de 1,67 bilhão de reais, são caracterizados por “dis-

torções e falta de controle” e freqüentemente são desnecessários, porque “muitos dos serviços listados poderiam ser feitos pelos contratantes”.

A *Folha* citou e reproduziu trechos da reportagem da *Revista Adusp* e ouviu dirigentes de fundações privadas vinculadas à USP. De acordo com a *Folha*, a análise do TCU revela que a Fundação Instituto de Administração (FIA) “firmou 17 contratos, 16 dos quais sem licitação, no total

de R\$ 32 milhões”.

Já a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) “firmou 11 contratos com a administração federal, 10 dos quais sem licitação, no total de R\$ 34,9 milhões”.

O relatório do TCU, que está disponível no site desse tribunal ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)), inclui a Fipecafi e a FIA na relação das “dez maiores contratadas” pelos 219 órgãos públicos analisados, em valor total de contratos.

## Diretora da TV USP tenta explicar censura

Em correspondência enviada ao professor Ciro Teixeira, do IG, um dos participantes do programa *Delta Pi* sobre o Provão que foi censurado pela CCS, a diretora da TV USP, professora Marília Franco, procurou justificar a decisão de não levar ao ar o programa no dia agendado, 4/6.

Inicialmente, a diretora da TV USP alegou, em curta mensagem enviada no dia 5/6 ao professor, que o programa “não pode ser exibido na última segunda-feira por razões técnicas”.

Ciro respondeu à mensa-

gem, indagando à professora “que razões técnicas foram essas, como serão superadas e para quando o programa será novamente agendado”.

Somente no dia 18/6 a diretora da TV USP enviou um novo e-mail ao professor. Nesta nova mensagem, contudo, as “razões técnicas” alegadas por Marília ganharam outros contornos, deixando claro que os motivos da não veiculação do programa foram políticos.

**Continua na página 2**

## Adusp tem nova diretoria



Em solenidade realizada na Geografia, na sexta-feira, dia 22, tomou posse a nova diretoria da Adusp (biênio 2001-2003). Após a cerimônia, houve jantar com música ao vivo no Clube dos Professores. Na foto, parte da nova diretoria quando da sua apresentação, em 29/5.

**Presidente:** Ciro T. Correia; **1º vice:** Osvaldo Coggiola; **2º vice:** Otaviano Helene; **1ª secretária:** Raquel Casarotto; **2º secretário:** Francisco Searlato; **1º Tesoureiro:** Sérgio T. Meirelles; **2º tesoureiro:** Guenther Krieger Fº

Diretorias Regionais

**Piracicaba:** Flávio Cesar Tavares; **Pirassununga:** Sérgio Paulo Souto; **Ribeirão Preto:** Luiz Jorge Pedrão

# Novos representantes no Conselho Universitário

**F**oram realizadas, na semana passada, as eleições para representação docente no CO. Silvia Kassai (FEA), Luiz Menna-Barreto (ICB), Carlos Eduardo Corbett (FM) e Joaquim de Camargo Engler (Esalq) foram eleitos, respectivamente, representantes dos assistentes, doutores, associados e titulares. A eleição de representante dos auxiliares de ensino ocorre em 2002. A representação docente no CO conta com apenas cinco vagas – o Conselho é composto por 105 membros.

Os representantes têm mandato de dois anos. A posse de Silvia e Menna só ocorrerá em setembro, ao passo que os mandatos de Corbett e Engler (este, reeleito) já começam na próxima reunião do CO (26/6). Veja o que eles pensam:

**Silvia Kassai:** “Minha principal expectativa como representante dos professores assistentes e membro do CO é discutir permanentemente os desafios que a Universidade enfrenta e contribuir para o estabelecimento de alternativas que nos permitam vencê-los, assegurando à USP a continuidade de seu papel de liderança. E uma preocupação constante é estar aberta às opiniões e idéias dos colegas mestres, podendo bem representá-los.”

**Salários:** “As questões principais que afligem a Universidade foram amplamente discutidas durante a prolongada greve que vivemos no ano de 2000. Cabe a nós, docentes, alunos e funcionários, enfrentá-las, propondo soluções socialmente responsáveis de curto, médio e longo prazos. E isso tem sido feito em diversos fóruns e congressos que se realizaram por todo o período pós-greve. Alguns dos principais problemas são o financiamento das atividades das universidades estaduais e federais, tendo em vista a escassez e alocação de recursos públicos, e o problema previdenciário.”

**Luiz Menna-Barreto:** “A representação das diversas categorias no CO é por demais minoritária para alimentar expectativas de interferência positiva nas decisões, entretanto tem papel importante como caixa de ressonância dos anseios das categorias. Os próximos dois anos serão marcados por debates e decisões importantes sobre os destinos da USP. O papel dos representantes deve estar identificado com a defesa de uma universidade realmente pública, democrática e de qualidade.”

**Salários:** “Nossa situação salarial deve ser amplamente revista. Além de elevar o percentual gasto com salários, devemos lutar para aumentar a dotação orçamentária para as universidades públicas e valorizar de fato o regime de dedicação integral, cobrando desempenho por meios mais adequados do que a numerologia dos impactos, e remunerando bem essa dedicação.”

**Regulamentação das fundações:** “Talvez seja o primeiro passo a tomar no sentido de impedir efetivamente que órgãos de apoio passem a ditar os rumos da vida acadêmica. Entendo a necessidade de alguns docentes dedicarem parte de seu tempo a atividades privadas, para isso estão previstos regimes de dedicação parcial. A questão de fundo é a do custeio da universidade pública: trata-se de uma atribuição do Estado.”

**Carlos Eduardo Corbett:** “O CO é um fórum importante, e é também importante termos uma representação docente, como uma forma de encaminhar nossas aspirações, assim como para conhecer os mecanismos de decisão. Pretendo defender a abertura de mais cargos de professor titular, para obter uma relação mais adequada entre as categorias em algumas unidades. É necessário que as bases discutam isso nas unidades, para que depois possamos encaminhar a questão no CO.”

**Salários:** “Há uma comissão

discutindo critérios de complementação salarial na USP, e nós da Faculdade de Medicina temos várias experiências positivas, que eu buscarei encaminhar ao CO. A Adusp tem levantado a questão dos salários de forma global. Acredito que esse movimento salarial deva ser encaminhado diretamente ao Cruesp. Essa discussão maior não nos impede de discutir no CO a questão da complementação.”

**Regulamentação das fundações:** “Existe a necessidade de regulamentar, mas a regulamentação tem de permitir às fundações atuar com agilidade, que é justamente uma de suas razões de ser. É evidente que o controle tem de ser rigoroso. Fundações que se desviam de sua concepção são algo muito ruim. Se a USP puder resolver a questão dos salários dentro do seu orçamento é melhor, mas, se houver problemas nesse sentido, teremos de utilizar as fundações.”

**Joaquim de Camargo Engler:** “Procurei atuar em defesa dos interesses da universidade pú-

blica, analisando cuidadosamente todos os itens levados ao CO. Participei de todas as reuniões, e pretendo continuar atuando desta maneira. Acredito que seria importante o CO atuar mais no sentido normativo, e as questões operacionais serem discutidas primordialmente no âmbito das unidades.”

**Salários na USP:** “Há a necessidade de se definir uma política, como ocorreu no ano passado. Um elemento que complica um pouco as discussões é a isonomia entre as três universidades, às vezes mal entendida. Ao se defender uma solução igual para desiguais, para universidades em situação diferenciadas, gera-se injustiça.”

**Regulamentação das fundações:** “Participei, como membro da COP, de toda a discussão das diversas minutas. Enviamos várias sugestões à CLR, em parte incorporadas, e chegou-se a um documento que considero um avanço. Claro que a minuta pode ainda ser aperfeiçoada.”

## Continuação da matéria da capa “Diretora da TV USP tenta explicar censura”

Na mensagem, a professora Marília Franco dizia ainda: “Quer queiramos quer não, temos que reconhecer que o Provão instalou-se no país como parte do processo educacional”, alegou a diretora. “Tratar de suas virtudes e defeitos e sobretudo tratar de seus efeitos na vida futura dos estudantes exige uma ampliação de perspectivas e um detalhamento de análise que o programa gravado não teve espaço para desenvolver, principalmente em função de seu tempo de gravação”, argumentou ela.

“Deixamos de exibí-lo no formato gravado para que possa ser desenvolvido em tempo mais longo, desdobrado em partes, uma vez que o formato de 26 minutos é aquele do qual dispomos na grade do CNU. Os convidados da USP e da PUC voltarão a ser ouvidos, assim como outros especialistas no assunto que não estiveram disponíveis por ocasião da gravação do programa”.

As considerações da professora evidenciam a direção a ser tomada pelos “especialistas que não estiveram disponíveis” no programa original: “Informações levantadas no debate serão aprofundadas, assim como buscaremos mais esclarecimentos sobre modificações anunciadas para o próximo ano”.

Perguntamos: será que o programa só irá ao ar se, e quando, a CCS considerar que os argumentos favoráveis ao Provão ganharam mais corpo?

# CO debate regulamentação das fundações

O Conselho Universitário examinará, na reunião de 26/6, minuta de resolução que regulamenta os vínculos entre a USP e as fundações públicas e privadas. O assunto é dos mais polêmicos. A versão final da minuta está pronta desde 22/3/2000.

Elaborada pela Consultoria Jurídica (CJ) e endossada pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR), a minuta que será submetida ao CO impõe restrições às fundações, mas concede-lhes margem de manobra, bem como amplo poder ao reitor no tocante à matéria. Ela não garante a transparência dos atos das fundações.

A proposta institui um cadastro das fundações e entidades de apoio (art. 2º); proíbe o emprego “do nome singular da Universidade ou a sua sigla” (art. 3º); veda ao reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores e vice-diretores, coordenadores e vice-coordenadores o exercício da presidência de conselhos curadores e de funções executivas de fundações (art. 4º); veda a transferência de recursos da USP para as fundações (art. 5º); estabelece que, no caso de utilização de dependências da USP, de seu acervo ou de luz, água e telefone, as fundações deverão pagar “retribuição pecuniária”, além da taxa já prevista na Resolução 4543, de 1998 (art. 10º).

Se aprovada a minuta, mantido como está o art. 4º, pelo menos um ocupante de cargo de confiança deverá deixá-lo: é o coordenador da Ceca, professor Guilherme Ari Plonsky. Ele é presidente do Conselho Curador da Fundação Vanzolini, além de membro do Conselho Curador da Fusp e supervisor de projetos da FIA.

## Limites legais

O texto determina ainda, no art. 9º, que o “pessoal da Universidade que venha a desempenhar atividades de administração de fundações ou entes de apoio, ou a partici-

par de projetos sob gestão de qualquer deles, está sujeito às limitações impostas pela legislação do funcionalismo público e da Universidade, em especial o artigo 243, incisos I, II, IV e VI da Lei nº 10261/68, no caso dos funcionários efetivos, ou o artigo 168, incisos IX e X do Estatuto dos Servidores da USP”.

Sobre os professores, a proposta estabelece (no mesmo artigo, parágrafo 1º) que “estarão sujeitos, além das limitações referidas no *caput*, à disciplina própria dos regimes de trabalho docente, especialmente o credenciamento pela CERT”.

O art. 243 da lei 10261/68, citado no *caput* do art. 9º da minuta, proíbe ao funcionário público “fazer contratos de natureza comercial e industrial com o governo”, “participar da gerência ou administração” de empresas ou sociedades que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado e “exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado”. O Estatuto dos Servidores da USP repete tais proibições.

## Itens polêmicos

A minuta apresenta vários pontos polêmicos. Alguns deles:

1) *Cadastramento*. O pedido de cadastramento das fundações deve ser previamente aprovado pelos colegiados competentes da unidade ou órgão “apoiado”. No entanto, “o cadastramento será feito por ato do reitor”, ouvidas a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) e a CLR.

A eventual eliminação de uma fundação do cadastro, ou a suspensão de convênio, dependerá de ato exclusivo do reitor.

Por outro lado, a documentação financeira exigida como



**Material publicitário da Fundace, ligada à FEA de Ribeirão Preto, trazendo a logomarca da USP em destaque**

parte dos requisitos do cadastramento será “de conhecimento restrito dos membros dos dois colegiados”, ou seja, da COP e da CLR.

Não se exige, para o cadastramento, que as fundações provem estar em dia com os repasses de recursos para as unidades, conforme previsto na Resolução 4543/98.

Mais: não há previsão de que os relatórios anuais sejam remetidos a todos os membros do CO.

2) *Identificação*. Embora seja proibido o uso da grife “USP”, as fundações poderão usar “a designação de unidade ou órgão da Universidade na denominação da fundação”, desde que acompanhada da expressão “de apoio a”, ouvida a congregação, e desde que o CO aprove previamente o pedido. Isso abre margem para que o nome “USP” seja usado como complemento.

3) *Superposição de funções*. A minuta proíbe que reitores e outros altos funcionários presidam conselhos curadores das fundações, mas não impede que eles integrem esses

órgãos na condição de conselheiros, nem que mantenham outros vínculos pré-existentes com essas fundações. O que pode, eventualmente, levar à possibilidade de dirigentes universitários receberem pagamentos por participação em projetos em andamento nas fundações, o que seria eticamente reprovável. Por outro lado, os chefes de departamentos não foram alcançados pelas proibições.

4) *Contratos*. O texto permite, em seu art. 7º, que as fundações, uma vez cadastradas, “poderão figurar como co-contratados ou como terceiros partícipes nos contratos de prestação de serviços ou convênios firmados pela Universidade, nos termos da Resolução 4715/99, para a gestão de projetos específicos, captados pela própria fundação ou ente de apoio”.

5) *Uso de espaços e bens*. Concede-se ao reitor o poder de isentar as fundações da taxa prevista no art. 10º, “ouvida a Comissão de Orçamento e Patrimônio” (parágrafo 3º do mesmo artigo).



# Semestre termina sem política salarial

**R**ecebemos 6% de reajuste, algo bem abaixo das reais possibilidades orçamentárias das universidades. É inegável, no entanto, que esse índice reflete também a força demonstrada pelo movimento na greve do ano passado. Entretanto, os reitores e seus técnicos permanecem com a insensibilidade de sempre, com argumentos bem parecidos com aqueles do ano passado. Todos sabemos que as universidades terminaram o ano numa situação orçamentária bastante confortável. A planilha divulgada pelo Cruesp indica um comprometimento acumulado de 82% para o conjunto das universidades até junho/01 — um dos mais baixos índices dos últimos anos.

## Negociações efetivas

As expectativas de professores, estudantes e funcionários continuam sendo de uma efetiva discussão com o Cruesp sobre a política salarial proposta pelo Fórum das Seis, expansão de vagas, contratação de professores e funcionários, suplementação para pagamento dos inativos, ampliação de vagas, aprimoramento da infra-estrutura e melhoria das condições de vivência e permanência dos estudantes na universidade, incluindo restaurantes e moradia.

Neste sentido, consideramos como inadiável que o Cruesp negocie uma política salarial que leve em conta a recomposição histórica, além da inflação. É preciso também que sejam agendadas discussões efetivas sobre o restante da pauta apresentada pelo Fórum e os DCE's. Aguardamos, ainda, as informações sobre a proposta do Cruesp ao governador sobre a expansão de vagas. Segundo o deputado Renato Simões (PT), os reitores mencionaram ao Secretário de Planejamento, Montoro Filho, que a expansão de vagas pode ser feita dentro dos atuais recursos das universidades.

## Depósito do Ipesp não é feito

Em 8 de junho, 15 dias atrás, enviamos pedido à reitoria da USP solicitando esclarecimentos sobre a situação dos depósitos do Ipesp. Fomos informados que a parte da USP, não depositada, estaria constituindo um fundo e perguntamos qual é o montante acumulado e quais os critérios para sua utilização. Quanto às demais universidades, temos a informação de que esse dinheiro também não está sendo pago ao Ipesp. Assim, é justo que a comunidade saiba o que está sendo feito com ele uma vez que entra como parte da despesa de pessoal na planilha divulgada pelo Cruesp. Se esse dinheiro não será gasto com pessoal, não pode ser contabilizado como tal. Mais do que uma questão aritmética, é uma questão de ética!

## Unicamp quer penalizar folha de pessoal

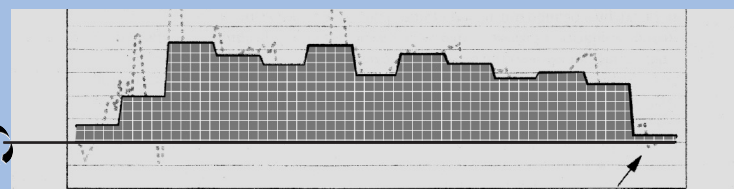
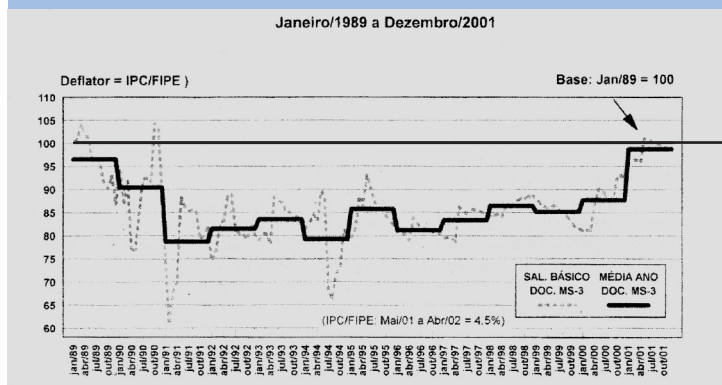
Na tabela abaixo, apresentamos os comprometimentos da folha de pessoal sobre o orçamento total da Unicamp, conforme planilhas distribuídas à época pelo Conselho de Reitores. Ficamos apenas com os últimos 6 anos para não entrar em considerações sobre mudança de moeda e taxas de inflação que poderiam complicar a análise. Ao tentar impor o patamar de 85% nesse ano, a Unicamp busca penalizar salários em função do custeio. O comprometimento médio de 1995 a 2000 (aliás, a gosto da reitoria da Unicamp- ver artigo sobre o salário real médio neste Informativo) é de 88%, logo pretende-se financiar o funcionamento da Unicamp com a conta de pessoal.

ano	95	96	97	98	99	00
pessoal	87%	88%	88%	96%	91%	80%

## Reitoria da Unicamp comunica que perdemos 25 salários!

Em recente publicação, a reitoria da Unicamp apresentou dados tentando justificar a impossibilidade de melhorar o reajuste. Os colegas da Adunicamp nos enviaram algumas contas contestando essa impossibilidade. A questão central é retirar os 6% do Ipesp da parte de pessoal, uma vez que a Unicamp não os encaminha ao referido órgão. Ao fazer isso e utilizando a previsão de arrecadação do Fórum (com a qual a Unicamp concorda), há dinheiro suficiente para o reajuste de 13,5%. A publicação da reitoria da Unicamp argumentava, com auxílio de um gráfico (ver abaixo), que tínhamos o melhor salário básico médio anual desde janeiro de 89. Utilizar o salário médio, para indicar que temos um bom salário, é aceitar como natural a perda do poder aquisitivo via inflação. Nossa referência tem sido o salário de pico de algum

momento, pois ele reflete o poder aquisitivo já exercido com aquele salário. Cabe ainda ressaltar que o índice Fipe é um dos mais baixos, dentre os indicadores de custo de vida. Para não se furtar ao debate proposto pela reitoria da Unicamp, buscamos quantificar com o gráfico mencionado o quanto de salário deixamos de receber no período estudado. Para facilitar essa visualização, apresentamos o mesmo gráfico mas de cabeça para baixo, onde a área sombreada corresponde à nossa perda em relação à base 100. Pasmem colegas, a reitoria da Unicamp acaba de provar que perdemos 25 meses de salário e quer que achemos que está tudo bem! Para um MS-3 em RDIDP, ao salário básico de hoje, isto significa algo em torno de 97 mil reais. A diretoria da Adusp aceitaria uma proposta de parcelamento dessa dívida. E você o que diz?



**Perda média de um MS-3 RDIDP  
desde janeiro de 89: 25 salários**